

# **INTERVENÇÃO COM HOMENS ENVOLVIDOS COM A SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: uma experiência desenvolvida pela vara especializada de São Luís do Maranhão.**

**Raimundo Ferreira Pereira Filho**

<https://orcid.org/0000-0001-7481-3053>

## **RESUMO**

O presente artigo trata-se de um relato de experiência do trabalho desenvolvido pela primeira Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar de São Luis com homens envolvidos com a situação de violência contra a mulher. No qual se discute elementos importantes na condução, estrutura e metodologia empregada. Buscando proporcionar a difusão do trabalho com homens como um instrumental que pode colaborar na construção de uma sociedade livre da desigualdade de gênero. E trazer luz a consciência sobre a importância do desenvolvimento de atividades com este público no enfrentamento a violência contra a mulher, vista a ausência de políticas públicas ainda não estruturadas no país.

**Palavras chaves:** Violência contra a mulher. Violência de gênero. Grupo reflexivo.

## **ABSTRACT**

This article is a report about the work developed by the first Special Court of Domestic and Family Violence of São Luis regarding men involved in situation of violence against women. In which important elements are discussed in the conduction, structure and methodology used. Seeking to provide the dissemination of work with men as a tool to collaborate in the construction of a society free of gender inequality. Also, to bring light and awareness about the importance of developing activities with the audience. Such as on how to confront violence against women, given the absence of public policies not yet structured in the country.

**Keywords:** Violence against women. Gender violence. Reflective group.

## **1 INTRODUÇÃO**

A violência sempre foi utilizada como instrumento de opressão e sublimação para estabelecimento e perpetuação da exploração, imposição, desigualdade, submissão, dominação e controle de pessoas, de grupos ou mesmo de um povo. Tal mecanismo também é imposto na dinâmica da violência de gênero colocando a mulher no lugar de subjugada, oprimida e submissa.

A violência a atinge de forma avassaladora causando danos a sua saúde física e emocional, assim como a toda a sua conjuntura econômica, social e familiar. Diante desse cenário a Lei Maria da Penha se apresenta como um dos marcos legal mais importante das últimas décadas, que tem como objetivo eliminar, coibir, prevenir e erradicar a violência doméstica e familiar.

No entanto, para enfrentar esse fenômeno é necessária, além de medidas penais, a atenção voltada para a prevenção, suporte a vítima e realizar ações socioeducativas voltadas tanto para os elementos das raízes desse fenômeno no meio

social quanto para as

A experiência de trabalhar com os homens que exercem violência contra a mulher iniciou na década de 80 nos Estados Unidos e no Canadá. E nos anos 90 expande-se para a Europa, Oceania e América Latina. No Brasil, conta-se com iniciativas anteriores à Lei Maria da Penha, em algumas organizações não governamentais. (NATIVIDADE, 2013).

E em nível estadual, no Maranhão, esse trabalho de grupo com homens em situações de violência teve a primeira iniciativa, em outubro de 2008, após a criação Vara de Violência Doméstica e Familiar de São Luís- MA. Essa iniciativa de intervenção foi proposta pelo Juiz Nelson Melo de Moraes Rego, na época juiz Titular deste juízo e pela equipe multidisciplinar da Vara, tomando-se como referência a Lei n.º 11.340/2006, com um viés de responder de forma diferenciada à questão da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Esta experiência completou 12 anos de existência, com resultados bem exitosos. No qual registra zero de reincidência com mais trezentos homens passados pelo grupo. Este dado é verificado no sistema de cadastro dos processos (Themis), anualmente, pela equipe. E o trabalho atende, atualmente, a Primeira e Segunda Vara de Violência Doméstica e Familiar de São Luís do Maranhão.

Vale destacar que o cenário desse tipo de intervenção após mais de uma década de existência da Lei Maria da Penha, que veio a fomentar o surgimento de grupos no Brasil, de acordo com a ONU (2006), tem recebido uma tímida atenção de órgãos governamentais, não governamentais e até mesmo pela academia.

Trabalhos como de Grossi et al, em levantamento nacional de pesquisas sobre gênero e violência certificam que das 286 publicações apresentadas apenas 7% (16) investigam homens ou masculinidades revela a tímida atenção da academia pela temática em fomentar estudos com essa agenda. (OLIVEIRA; GOMES, 2011).

O interesse por desenvolver um relato se dá justamente da experiência profissional com grupo reflexivo desenvolvido ao longo de mais de dez anos e pela necessidade de proporcionar a difusão do trabalho com homens como um instrumental que pode colaborar na construção de uma sociedade livre da desigualdade de gênero

A escolha pela metodologia do relato de experiência deu-se por sua relevância de intervenção a um problema social de alto relevo no contexto da violência contra a mulher que é a prática do trabalho com homens. De acordo com Moreira e Tomaz (2019, p.8),

O relato de experiência busca descrever precisamente uma experiência que venha contribuir para com sua área de atuação, considerando não somente a teoria mas também a vivência de quem o relata, este relato não é uma narrativa emotiva e subjetiva, nem uma divagação pessoal e aleatória, mas sim produzido de modo contextualizado com objetividade e com o suporte teórico necessário.

O relato da experiência do serviço desenvolvido pela 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher da comarca de São Luís do Maranhão é significativo pela temática abordada e por possibilitar uma troca de informações para que assim outros programas e estudos possam ser desenvolvidos permitindo que programas existentes e outros a serem implantados a fomentem criação de políticas públicas neste campo.

Este artigo intenciona responder as seguintes questões: Como é desenvolvido o trabalho de grupo reflexivo na Comarca de São Luís do Maranhão? E como é a metodologia e abordagem utilizada?

Cabe ressaltar que o serviço de grupo reflexivo oferecido aos homens pelo judiciário tem por si um “caráter obrigatório”, visto a vinculação a um processo judicial. Mas é importante se compreender que o encaminhamento dos homens a esses espaços não substituiu sanções judiciais, não sendo nem pena nem uma forma de tratamento, terapia, reabilitação.

É importante destacar, dentro deste contexto, que não há nada a ser recuperado ou tratado, mas sim desconstruído, reconstruído e ressignificado, no que diz respeito aos aspectos culturais das relações de gênero e as masculinidades, tanto ao nível individual quanto social. (NATIVIDADE, 2013; ANDRADE e BARBOSA, 2008; AMADO, 2014).

No intuito de evitar equívocos dessa natureza que denominamos o grupo como “Grupo Reflexivo de Gênero”, destacando a nossa proposta de intervenção com os homens: promover a reflexão sobre seus comportamentos e discursos nas relações de gênero.

Outra concepção que se busca evitar é a abordagem do trabalho do grupo como um “curso”. Esse entendimento

simplifica a proposta a uma carga horária, a um processo de instrução, a número de encontros a serem cumpridos e informados nos processos. Veloso e Natividade (2013) alertam para problematização desse tipo de intervenção com os homens envolvidos com a violência de gênero.

Faz-se necessária entender que o espaço do grupo não é lugar da avaliação, do certo e errado. Não é lugar para certificar, cobrar, macular, estigmatizar, culpar, , mas o local da reflexão, escuta, fala, (des)construção, (re)construção, aprendizado, expressão de sentimentos e vulnerabilidades, liberdade, (re)significação, amadurecimento e renovação da consciência.

## **2 METODOLOGIA USADA NO GRUPO REFLEXIVO DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

O grupo reflexivo de São Luís, no início de sua formação, buscou suas bases nas experiências desenvolvidas na cidade de Nova Iguaçu-RJ, do Instituto Albam – MG e do instituto NOOS (LEITE e LOPES, 2013; ACOSTA, ANDRADE FILHO e BRONZ, 2004). Deste último instituto foi tomada parte que norteia a base teórica em praticamente três aportes: no pensamento sistêmico, através da proposta reflexiva de Tom Andersen, na abordagem construtivista e as bases da pedagogia da Pergunta de Paulo Freire que compreende a pergunta como instrumento gerador de movimento, diálogo, reflexão e aprendizado.

Engrossando o arcabouço teórico acrescentou-se a abordagem existencial da Logoterapia, na qual o homem é concebido como tendo responsabilidade e liberdade frente a sua existência. E a teoria de Marsalh Rosemberg da comunicação não violenta. (ROSENBERG, 2006; FRANKL, 2013).

O trabalho realizado tem por objetivo produzir reflexão/responsabilização dos atos pelo autor da agressão, ultrapassando a lógica de culpa/ punição. As intervenções estão direcionadas as questões das desconstruções de estereótipos de gênero, das masculinidades e na construção de novas masculinidades, através de uma abordagem que estimule a postura reflexiva do cotidiano, confrontando o sujeito, através de perguntas problematizadoras dos comportamentos e discursos que performam os papéis e as desigualdades de gênero que naturalizam a violência.

Confrontar os sujeitos como construíram o padrão de relações violentas, como cada um contribuiu ou deixou-se levar por contextos que o colocaram em situações de violência. Essas são questões colocadas como fundamentais no processo de reflexão e responsabilização dentro da abordagem do trabalho sustentado numa visão ampliada e estrutural da violência.

No trabalho do grupo aborda-se o homem dentro de um contexto da violência, como defendido por Acosta e Bronz (2013), e não como “agressor” ou “autor de violência”. Assume-se, então, uma visão mais holística da violência. Parte-se do pressuposto que o comportamento violento não é resultado exclusivo de aspectos individuais e subjetivos, mas de uma articulação de fatores pessoais, culturais, situacionais e sociais. (ANDRADE *apud* CEPIA, 2016). É um fator que favorece o processo de acolhimento, conexão e empatia com participantes e as intervenções durante as atividades do grupo.

Esta postura se contrapõe a uma visão estática, estigmatizadora, binária (“culpado x inocente”, “autor x vítima”) e reducionista da violência de gênero. Ir além do ato violento é fundamental para a condução do trabalho, principalmente, considerando-se o contexto que os participantes são oriundos do judiciário e que já foram julgados e intitulados no processo como “réus”, “autores”, “agressores”.

Cabe esclarecer que o uso do termo “homem em situação de violência” não implica um afastamento da responsabilização, pelo contrário, o responsabiliza pelo envolvimento em situação de violência e pelo ato de violência cometido. Subjaz o entendimento que ele poderia decidir por outro caminho que não a violência e que é um ser capaz de rever seus comportamentos, valores e crenças. (ACOSTA; BRONZ, 2013).

No grupo o exercício do questionamento é o ponto central para o desenvolvimento do processo reflexivo. Como bem defende Natividade (2013) a intervenção de um grupo reflexivo

É fazer com que os participantes tenham a experiência de se verem questionados sobre suas visões de mundo. Para isto as perguntas reflexivas são fundamentais, pois permitem que os participantes se coloquem diante de si mesmos e possam meditar principalmente sobre as consequências de seus atos.

Os participantes não são considerados sujeitos passivos que estão no grupo simplesmente para receber informações (conteúdos) e tirar dúvidas, mas sujeitos ativos dentro de um processo coletivo de reflexão. Portanto, são livres para expressarem sentimentos, posicionamentos, criar laços e interação, questionar os outros, trocar experiência e produzirem (re)significados.

E os facilitadores, por sua vez, na condução do grupo, não se colocam dentro de uma postura ou lugar acima de tudo e todos, como impositores de condutas e comportamentos aos outros. No grupo são partes de um mesmo processo grupal. Conscientes que todos são sujeitos atravessados por uma mesma estrutura social (machista, sexista, patriarcal e racista). E que em alguma dimensão reproduzem a discriminação, opressão, violência, sexismo e machismo que ora se combate. Pois não são sujeitos isentos e imunes a tais condutas.

Dentro do grupo os facilitadores são agentes reflexivos dos seus cotidianos e sujeitos que se implicam no contexto em que vivem, buscando levar esse exercício para os demais membros do grupo. Ou seja, são catalizadores na ampliação de recursos reflexivos dos membros.

Como defende Acosta, Andrade Filho e Bronz (2004, p. 29) os facilitadores tem a função de “promover conversações e atividades durante os encontros reflexivos, procurando ampliar os recursos e habilidades de cada grupo e dos sujeitos, sempre por meio de uma postura reflexiva”.

Assim, o grupo reflexivo é direcionado em nossa experiência como um espaço diferenciado para homens envolvidos em situação de violência que pode contribuir apontando para a reconstrução e ressignificação de conceitos dando oportunidade para que repensem suas atitudes, posturas e crenças e, busquem novas representações das relações de gênero.

O desenvolvimento do trabalho do grupo passa basicamente por três etapas: pré-grupo (constituição do grupo), grupo em si (funcionamento) e pós- grupo (relatório dos participantes e relatório geral do trabalho). A **etapa pré-grupo** passa pelo recebimento do processo que tem determinação de grupo pela equipe multidisciplinar. A partir do momento que o processo chega à equipe multidisciplinar é realizado o cadastro dos sujeitos, seguido pelo agendamento das entrevistas personalizadas.

A entrevista tem como objetivo analisar e definir critérios para decidir acerca da inclusão ou não do sujeito no grupo, sendo estruturada com perguntas abertas, semi-abertas e fechadas. E são colhidas informações sobre perfil socioeconômico, relações sociais e relacionamentos afetivos, relações familiares, compreensão de violência e papéis de gêneros, assim como consciência a respeito do ato praticado.

A entrevista funciona como instrumento de acolhimento, geração de vínculo, quebra de resistência e provedora de suporte motivacional de engajamento dos futuros participantes no grupo para além da determinação judicial.

Concluída a etapa da entrevista são discutidos junto a equipe quais participantes irão compor ou não o grupo e por quais motivos. Mediante essa decisão é informado no processo o porquê da não inclusão de determinados homens no trabalho. Os critérios de não participação, em linhas gerais, são homens com: estrutura violenta (criminosa) generalizada, distúrbios psiquiátricos graves, atividades laborais em horários de plantões noturnos que prejudicam o desempenho e participação nos encontros, problema de álcool e drogas e outras particularidades.

Vale esclarecer que alguns homens que são excluídos da inserção no grupo ficam em uma lista de espera aguardando a serem chamados em outro momento. Haja vista o quadro apresentado comprometeria a assiduidade e o envolvimento no trabalho do grupo, uma vez que a equipe avaliou a necessidade de outra intervenção ou direcionamento (encaminhamento).

Encerrado o processo das entrevistas faz-se a montagem do grupo, com composição entre 4 a 18 homens. Este, em geral, tem sua formação heterogênea (faixa etária, renda, escolaridade, delito etc), a qual se considera extremamente positiva para o funcionamento e o resultado da intervenção. O grupo é realizado dentro de um formato fechado, ou seja, não se recebe novos participantes após a constituição do grupo e início dos trabalhos.

A segunda etapa – o **funcionamento do grupo** – é dividida em dois momentos. No primeiro ocorre a realização de dez encontros semanais, sendo cada encontro com duração de duas horas e com temas previamente estabelecidos (não

necessariamente fechados). Embora exista uma predefinição dos temas há uma flexibilidade na ordem e na forma de abordagem de acordo com especificidades e demandas de cada grupo. Os profissionais facilitadores do grupo possuem autonomia nas escolhas das dinâmicas e dos temas a serem desenvolvidos nos encontros.

Os temas trabalhados no grupo são previamente planejados pela equipe, visando principalmente o rompimento e a prevenção da violência doméstica dentro do processo reflexivo de responsabilização dos homens envolvidos. Os conteúdos dos encontros são distribuídos pedagogicamente a partir de eixos temáticos.

Os eixos temáticos são: o homem e as masculinidades; gênero; violência; família e o futuro. A partir desses eixos são definidos os temas geradores de cada encontro. Como exemplo no eixo o homem e as masculinidades são desenvolvidos os temas geradores: expressões das masculinidades e arquétipos de masculinidade. Outro exemplo, no eixo violência é trabalhado os temas: violências, tipos de violência, agressividade, Lei Maria da Penha e direitos humanos, ciclo da violência, atitudes de resolução de conflito de forma não violenta.

Todos os encontros são desenvolvidos através de recursos didáticos pedagógicos, como dinâmicas de grupo, vídeos, textos entre outros. Utilizados como propulsores para iniciar o processo reflexivo do encontro dentro de um tema específico.

As discussões no grupo são dadas a partir de uma perspectiva multi, inter e transdisciplinar tanto por trazer uma visão ampliada dos temas, quanto pelo caráter da natureza transversal e diversidades dos temas. (MEDEIROS, 2020; FAZENDA, 2018).

Posteriormente aos dez encontros semanais, entramos no segundo momento, o do “acompanhamento”. O qual ocorre através de um encontro mensal, durante três meses. O objetivo desses encontros de acompanhamento é monitorar os participantes visando avaliar o impacto do trabalho em suas vidas, ou seja, verificar como eles têm utilizados os conhecimentos adquiridos. Também nesses encontros são promovidos aprofundamento de alguma temática.

Todo esse processo do efetivo funcionamento do grupo dura aproximadamente seis meses. O que responde a referenciais e estudos internacionais e nacionais, que defendem que a duração da intervenção não pode ser inferior a seis meses. (GELDSCHLÄGER, 2011; LEITE; LOPES, 2013).

A coordenação do grupo é realizada por uma dupla— um homem e uma mulher. No caso, como sou único homem da equipe acabo por formar sempre dupla com uma das colegas da equipe (Assistente Social ou Comissária) e também tem participação de estagiários e estagiárias da Psicologia e do Serviço Social. Essa metodologia busca constituir a imagem da dupla interagindo de forma não hierarquizada operando estrategicamente no imaginário do grupo.

Natividade (2013) considera fundamental a presença de mulheres nos programas direcionados para os homens que exercem violência de gênero. Posto que dentro dessa estratégia metodológica a presença de uma mulher em posição de poder contrapõe o contexto da violência de gênero que se pauta em colocar as mulheres em situação desigual perante os homens. E também vale ressaltar que no meio masculino não há quase vivências de escuta do feminino por parte dos homens por considerá-la inferior.

Durante o funcionamento do grupo a dupla de facilitadores faz um acompanhamento e monitoramento sistemático que ocorre, principalmente, em dois grandes momentos: antes e depois das reuniões. No primeiro momento busca-se fazer o planejamento da atividade e traçar os pontos a serem trabalhados.

No segundo momento, que ocorre logo após o encontro do grupo, são feitas discussões e avaliações do trabalho realizado, análise do comportamento do grupo (participação no processo reflexivo, resistências, dificuldades etc.) e de cada membro. Além da identificação e correção de intervenções, no que diz respeito às posturas dos facilitadores e os pontos a serem trabalhados com o grupo nos próximos encontros ou em atendimentos individuais dos participantes. Estes ocorrem durante o período de funcionamento do grupo, decorrente de algo suscitado pela equipe ou por demanda dos participantes.

Ao final de cada encontro, a equipe responsável pelo trabalho elabora o relatório da atividade realizada. No qual são descritas as falas e os posicionamentos dos participantes mediante o processo reflexivo e a percepção da equipe técnica sobre a produtividade do grupo e dos seus integrantes. São anexados a esse relatório os materiais produzidos

pelos participantes como resultado das atividades do encontro (textos consultados, as colagens).

No último encontro semanal os participantes são convidados a responderem duas questões: “como cheguei” e “como estou saindo”. A coleta de dados tem como base as respostas fornecidas pelos próprios participantes através de uma dinâmica de recortes e colagem (gravuras, imagens, palavras ou textos), com essa atividade se finaliza os encontros semanais e os homens ficam aproximadamente por um período mínimo de trinta dias lançados a utilizar os ensinamentos e ferramentas aprendidas no grupo.

A avaliação do trabalho é muito relevante para análise do alcance dessa intervenção no processo de mudança de atitude dos participantes nas relações sociais, visão de vida e de mundo, reconfiguração de entendimentos sobre a violência, direitos humanos, relações de gênero e resoluções de conflitos. Além de possibilitar possíveis redimensionamentos e aprimoramentos quanto a metodologia utilizada, os temas sugeridos e outros aspectos não percebidos pela equipe técnica. Portanto, a avaliação do trabalho do grupo é feita basicamente em dois momentos.

A atividade supracitada é considerada a primeira avaliação. Nesta se pretende investigar como o trabalho do grupo está impactando o processo de mudança ou não de cada membro. Ou seja, buscar saber, se a forma como foi dirigido o grupo e a metodologia aplicada surtiu efeitos positivos nos participantes. Possibilitar também que eles façam uma autoavaliação de seu processo no grupo, de como eram antes de passarem pelo grupo reflexivo e como se percebem depois dessa experiência.

A segunda avaliação é realizada na última reunião dos encontros mensais. Nesta, é solicitado aos participantes responderem um questionário, no qual é levantado o alcance do trabalho no processo de mudança ou não atitudinais nas várias dimensões das relações sociais estabelecidas.

Nesta segunda avaliação é utilizado um formulário semiestruturado composto de perguntas abertas, semiabertas e fechadas. A estrutura do questionário é constituída por quatro partes: a) identificação do participante b) informações sobre situação conjugal e violência; c) informações sobre sua participação no grupo d) suas percepções sobre seu comportamento, antes e depois do grupo, em relação à mulher, filhos, amigos e seu modo de pensar.

Na etapa **pós-grupo** é feito o relatório geral de todo processo do grupo, no qual se faz a análise dos progressos atingidos pelos participantes sobre a questão da desigualdade de gênero, falta de reconhecimento dos direitos sociais das mulheres, banalização da violência, auto percepção como autores de violência, desconstrução de conceitos e percepções possuídas. E por fim as dificuldades e limitações encontradas no trabalho.

Concluído toda a programação é informado no processo judicial de cada participante o cumprimento ou não do grupo, através de um parecer de participação. No qual se avalia via critério qualitativo, definido como: “satisfatória” ou “insatisfatória” (nível nas discussões, processo reflexão frente as questões de gênero e masculinidade) e critério quantitativo estabelecido pela frequência mínima de 70%.

### **3 ACOLHIMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS ENCONTROS DO GRUPO**

Os homens chegam para participar do trabalho com as mais variadas posturas, sendo muito comum negarem ter praticado qualquer ato ou atitude violenta. Não se sentem responsáveis pelo ato praticado o que gera uma resistência muito grande no início do trabalho.

Ademais, outra postura adotada é a de minimizar a violência justificando suas condutas com argumentos que o ocorrido não foi nada mais, que um mero “desentendimento” de casal. Em geral, culpam as parceiras afirmando que o ocorrido se deu por causa da conduta delas ou por considerarem que não cumpriram o papel de mulheres esperadas por eles.

Também costumam dizer que quem deveria estar no grupo reflexivo seriam elas. Entendendo o espaço do grupo para as pessoas “agressivas”, “descontroladas” e “violentas”. Sendo desse modo um espaço para mulheres, que são vistas como problemáticas. Tal posicionamento, ao mesmo tempo, que retrata a culpabilização das mulheres o colocam como vítimas das provocações e posturas das companheiras que os fazem perder o controle.

Nesse contexto, como destaca Sampaio (2014) os homens colocam-se como vítimas de escolhas erradas e

relacionamentos ruins, devido não se perceberem como autores das violências praticadas. De acordo com esse autor os homens tendem formar uma identidade de “vítima” e se colocarem como sujeitos sem autonomia sobre as suas ações.

Estes aspectos citados acima são posturas comuns encontradas tanto em nossa vivência, quanto no trabalho de Sampaio (2014) e em outros trabalhos, em grupos reflexivos de homens envolvidos em situação de violência de gênero contra a mulher.

No entanto, não só de homens que negam o ato violento são formados os grupos, há alguns que conseguem definir que o ato praticado foi violência, porém alguns sem a consciência da responsabilização pelo ato e outros sem a dimensão do conceito de violência e de violência de gênero.

Sobretudo, é importante destacar que o grupo é formado por homens com problemas oriundos de comportamentos violentos de gênero, em geral, chegam com ideias machistas sedimentadas o que os levam a negarem, justificarem ou minimizarem a violência. Daí a necessidade de produção de reflexões acerca das ideias sexistas e de papéis de gênero que estão na base de suas crenças. O objetivo é colocar em questão as crenças e valores sobre as desigualdades de gênero aprendidas em uma dinâmica que envolva a todos.

Inúmeras as dificuldades na promoção de um processo de transformação em sujeitos que têm como características assumir definições rígidas, e que não estão acostumados a se colocarem no lugar do outro, nem a ouvirem opiniões diferentes das suas, ao mesmo tempo que reprimem ou negarem suas emoções e sentimentos (medo, tristeza ou dor), além de serem controladores e impulsivos. Como destaca Atallah, Amado e Gaudioso (2013, p.84) a resistência é revertida durante o processo quando cada um percebe que participa de uma proposta de construção coletiva de mudança, na qual a força do grupo se faz presente, em que o principal responsável, é o próprio participante. E ao longo do processo começam a ficarem mais a vontade nas discussões até mesmo a expressarem suas emoções e situações mais pessoais.

Para construir todo esse processo de mudança do primeiro ao décimo terceiro encontro são realizados jogos, dramatizações, dinâmicas, apresentações de vídeos que explorem temas ligados à violência de gênero, masculinidade, direito, conflitos, sexualidade, álcool, drogas, valores, direitos humanos, Lei Maria da Penha, violência, seus tipos e modalidades, comunicação, entre outros, através de um trabalho de construção coletiva dentro de uma pauta reflexiva responsabilizante.

Nesse contexto, na primeira reunião, faz-se o acolhimento dos membros em clima descontração e empatia. Inicia-se o encontro com uma dinâmica lúdica de apresentação que promove a interação dos participantes. Neste encontro é esclarecido sobre a metodologia e os objetivos do grupo. Busca-se trabalhar o nível de ansiedade, as resistências, tira-se as dúvidas e faz-se um levantamento das expectativas. E é entregue o calendário de bolso, com horários e dias dos encontros.

Também é passado um termo de compromisso para cada participante assinar, no qual está previsto que somente é tolerado no máximo duas faltas justificadas, desde que não sejam consecutivas. Havendo duas faltas consecutivas os participantes são automaticamente desvinculados do grupo. Os nomes desses participantes voltam a ser cadastrados na lista de espera para serem incluídos na formação dos próximos grupos. E é informado no processo sobre o não cumprimento do grupo para que a magistrada venha apreciar e definir as medidas que considerar necessárias.

É construído um contrato de convivência de forma coletiva. No qual as regras são estabelecidas pelos próprios membros do grupo (facilitadores e participantes). O compromisso de convivência ajuda a formar uma identidade de grupo e também a desenvolver o respeito e vínculo de confiança. É pontuado para os participantes que todo trabalho será realizado "no grupo", "para o grupo" e "do grupo", buscando suscitar a consciência de coletividade no trabalho e o fortalecimento da coesão e identidade de grupo.

No encontro que é trabalhado o tema sobre a Lei Maria da Penha usa-se balões, no qual se colocam perguntas dentro. Cada participante pega um balão aleatoriamente o enche, e durante a dinâmica deve impedir que o balão caia no chão, o estourando ao final da atividade abrindo o papel que estava dentro. O papel pode ter uma pergunta ou não. Quando o papel não tem pergunta o membro fica a vontade para fazer uma pergunta ou expressar alguma ideia ou opinião. Usar desse recurso tem como objetivo estimular o grupo no debate e reflexão sobre o conceito de violência, as formas

de violência, ciclo da violência, medidas protetivas, comparecimento obrigatório no grupo e outros tópicos da Lei.

Nas reuniões que tratam as questões de gênero um dos recursos utilizados para trabalhar é a dinâmica do desenho da silhueta da mulher e do homem, no qual se discute a forma como o masculino e o feminino são construídos socialmente, buscando o questionamento da desigualdade entre os gêneros, abre-se a reflexão de como os papéis cristalizados e rígidos propagados pela nossa cultura que geram a desigualdade e hierarquização entre os gêneros.

Por fim, quanto a vivência de ter passado pelo grupo os participantes consideram que essa experiência gerou uma série de mudanças, nos mais variados campos de vida, como das relações familiares, conjugais e sociais (trabalho, amizades, lazer), mudanças atitudinais nas resoluções de conflitos sem uso da violência, assumirem posturas mais empáticas buscando enxergar e escutar o outro, nomearem e expressarem seus sentimentos e vulnerabilidade de forma não violenta.

Acrescento aqui, neste relato, o recorte de falas de participantes sobre a experiência de passarem pelo grupo:

*“Era muito fechado, bruto, não falava nada para ninguém. Aqui aprendi muito. Agora tô totalmente diferente. Agora converso, falo o que sinto...”(grupo2019).*

*“... isso que passei, em tempos passados, era uma ignorância que Ave Maria!!! Até meu filho mais velho me disse: ‘meu pai você está muito diferente...’”(grupo 2019/2020).*

*“... foi aqui que entendi que não é só responsabilidade da mulher as coisas da casa e tomar certas atitudes por ela ser mulher... foi aqui que comecei a enxergar os meus erros lá atrás ... aqui me tornei uma pessoa melhor... me lapidou ...” (2019/2020).*

#### 4 CONCLUSÃO

A intervenção com os homens se configura como um grande trabalho de contribuição na erradicação, prevenção e combate a violência contra a mulher. Nesse sentido, a vivência em grupos reflexivos para homens em situação de violência é necessária para as transformações das masculinidades e desconstruções de relações desiguais entre homens e mulheres.

O grupo reflexivo apesar de se mostrar uma ferramenta eficaz na desconstrução das masculinidades e hierarquias de gênero não consegue transformar uma sociedade sozinho. É necessário que toda a sociedade seja envolvida e outras iniciativas ou estratégias venham engrossar esse combate contra a violência de gênero. Mesmo que esse serviço chegue a outros espaços além do judiciário, e é importante que se leve, as escolas, centros comunitários, centros de formação, instituições esportivas, militares, religiosas, centro de assistência entre outros. E atenda os mais variados públicos, como crianças, adolescentes, adultos e idosos. O grupo reflexivo, ainda assim, é só um instrumento que deve compor a rede de enfrentamento a violência contra a mulher.

Apresentar resultados e relatar experiências não só enriquece a troca entre os atores que trabalham ou querem trabalhar com esse público, como também pode despertar o entendimento da importância da intervenção com homens, como um instrumental que pode colaborar na construção de uma sociedade livre da desigualdade de gênero. E trazer luz a consciência sobre a importância do desenvolvimento de atividades com este público no enfrentamento a violência contra a mulher,

#### REFERÊNCIAS

ACOSTA, Fernando; ANDRADE FILHO, Antônio; BRONZ, André. **Conversas Homem a Homem: Grupo reflexivo de gênero. Metodologia.** Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2004. 221 p.

ACOSTA, Fernando; BRONZ, Alan. Entrevista. In: LOPES, Paulo Victor Leite; LEITE, Fabiana (Orgs). **Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública.** Rio de Janeiro: ISER, 2013. p. 145-164.

AMADO, Roberto Marinho. **Os serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres**: uma análise de quadros interpretativos, modelos de intervenção e atores. 2014. 79f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

ANDRADE, Leandro F.; BARBOSA, Sérgio Flávio. **A Lei Maria da Penha e a implementação do grupo de reflexão para homens autores de violência contra mulheres em São Paulo**. Comunicação apresentada no Encontro Fazendo Gênero, 2008.

ATALLAH, Raul; AMADO, Roberto; GAUDIOSO, Pierre. Experiências no trabalho com homens autores de violência doméstica: reflexões a partir da experiência do SerH. In: LEITE, Fabiana; LOPES, Paulo Victor Leite (orgs). **Atendimento a homens autores de violência doméstica**: desafios à política pública. Rio de Janeiro: ISER, 2013. p. 65-85.

CEPIA. CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO. **Violência contra as mulheres os serviços de responsabilização dos homens autores de violência**. relatório de pesquisa. 2016. Cepia. Disponível em: [http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Relatoriodepesquisa\\_ViolenciacontraasMulheres\\_Osservicosderesponsabilizaodoshomensautoresdeviolencia\\_Marco2016.pdf](http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Relatoriodepesquisa_ViolenciacontraasMulheres_Osservicosderesponsabilizaodoshomensautoresdeviolencia_Marco2016.pdf). Acesso em: 12 dez. 2016.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: didática e prática de ensino. In: GEPI. GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM INTERDISCIPLINARIDADE. **Interdisciplinaridade**. v. 1, n. 6, especial. São Paulo: PUCSP, 2015, p. 9-17.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido**: um psicólogo no campo de concentração. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

GELDSCHLÄGER, Heinrich. **Programas de intervención con hombres que ejercen violencia de género**: panorámica de la situación en España y Europa. Barcelona: Asociación Conexus, 2011.

LEITE, Fabiana; LOPES, Paulo Victor Leite (orgs). **Atendimento a homens autores de violência doméstica**: desafios à política pública. Rio de Janeiro: ISER, 2013.

MOREIRA, Karine Santos; TOMAZ, Renata Silva Rosa. **Grupo Reflexivo**: Um relato de experiência sobre uma estratégia de enfrentamento contra a violência doméstica. Anápolis: Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2019.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade**. 2018. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/interdisciplinaridade-e-transdisciplinaridade>. Acesso em: 25 set. 2020.

NATIVIDADE, Cláudia. **Grupo reflexivo de gênero**: relato de intervenção psico-educativa com homens que exercem violência. Belo Horizonte. 2013. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/coloquio/horarios.Php>. Acesso em: 02 fev. 2013.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Ending violence against women**: from words to action. 2006. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/vaw/>. Acesso em: 3 mar. 2008.

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 5, p. 2401-2413, 2011.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.

São Paulo: Ágora, 2006.

SAMPAIO, Márcio de Carvalho. **Violência doméstica e familiar contra a mulher e os grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher no âmbito do tribunal de justiça do estado do Rio de Janeiro**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

VELOSO, Flávia Goteli Correia; NATIVIDADE, Cláudia. Metodologias de abordagem dos homens autores de violência contra as mulheres. In: LEITE, Fabiana; LOPES, Paulo Victor Leite (orgs). **Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública**. Rio de Janeiro: ISER, 2013. p. 45-64.